

## A LÍNGUA BRASILEIRA

Eni P. Orlandi

**INTRODUÇÃO** A questão da língua que se fala, a necessidade de nomeá-la, é uma questão necessária e que se coloca impreterivelmente aos sujeitos de uma dada sociedade de uma dada nação. Porque a questão da língua que se fala toca os sujeitos em sua autonomia, em sua identidade, em sua autodeterminação. E assim é com a língua que falamos: falamos a língua portuguesa ou a língua brasileira? (1) Esta é uma questão que se coloca desde os princípios da colonização no Brasil, mas que adquire uma força e um sentido especiais ao longo do século XIX. Durante todo o tempo, naquele período, o imaginário da língua oscilou entre a autonomia e o legado de Portugal. De um lado, o Visconde de Pedra Branca, Varnhagen, Paranhos da Silva e os românticos como Gonçalves Dias, José de Alencar alinhavam-se entre os que defendiam nossa autonomia propugnando por uma língua nossa, a língua brasileira. De outro, os gramáticos e eruditos consideravam que só podíamos falar uma língua, a língua portuguesa, sendo o resto apenas brasileirismos, tupinismos, escolhos ao lado da língua verdadeira. Temos assim, em termos de uma língua imaginária, uma língua padrão, apagando-se, silenciando-se o que era mais nosso e que não seguia os padrões: nossa língua brasileira. Assim nos contam B. S. Mariani e T. C. de Souza (*Organon 21*, Questões de Lusofonia) que, em 1823, por ocasião da Assembléia Constituinte, tínhamos pelo menos três formações discursivas: a dos que propugnavam por uma língua brasileira, a dos que se alinhavam do lado de uma língua (padrão) portuguesa e a formação discursiva jurídica, que, professando a lei, decidia pela língua legitimada, a língua portuguesa. Embora no início do século XIX muito se tenha falado da língua brasileira, como a Constituição não foi votada, mas outorgada por D. Pedro, em 1823, decidiu-se que a língua que falamos é a língua portuguesa. E os efeitos desse jogo político, que nos acompanha desde a aurora do Brasil, nos faz oscilar sempre entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia-a-dia, a língua brasileira. É assim que distingo entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não pára de produzir os seus efeitos. Assim é que, em 1826, o projeto apresentado ao parlamento brasileiro pelo deputado José Clemente propõe que os diplomas dos médicos seja redigido em “língua brasileira”. Em 1827 temos a aprovação de lei que estabelece que os professores deveriam ensinar a gramática da língua nacional. Nem português, nem brasileiro, estrategicamente, nomeamos de língua nacional. Em 1870, procurando argumentar sobre a língua que falamos, temos a polêmica entre o romancista brasileiro José de Alencar e o português Pinheiro Chagas, um falando de nossas diferenças e autonomia, o outro, sobre o legado que recebemos de Portugal, a língua portuguesa. Essas referências podem ser encontradas em um quadro apresentado no início do livro *História da semântica* (2004) de Eduardo Guimarães, entre outros. Já no século XX, na década de 1930 há uma dis-

cussão na Câmara do Distrito Federal sobre o nome da língua do Brasil: língua portuguesa ou brasileira? Novamente se decide pelo indefinido: falamos a língua nacional. Sobre essa discussão pode-se consultar o livro (tese) de Luis Francisco Dias (1996), que conclui que, na perspectiva daqueles que se posicionaram contrários aos projetos de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome língua brasileira é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos da escrita, sob os auspícios da língua portuguesa, o seu suporte, a sua referência, e, na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome de nosso idioma, língua brasileira tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do país, imagem fundada no positivismo e no ufanismo que, ao longo da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX marcaram nossa história. Finalmente, assim como D. Pedro outorgou uma Constituição em 1823, também em 1946, a comissão encarregada pelo governo brasileiro, em atendimento ao estabelecido pela Constituição de 1946, decide que o nome da língua falada no Brasil é língua portuguesa (2). Esta questão, no entanto, não deixa de nos importunar, e há sempre alguma razão, um pretexto, ou alguém que a levanta em momentos diferentes de nossa história. Isso quer dizer que até hoje não decidimos se falamos português ou brasileiro. Embora a cultura escolar se queira, muitas vezes, esclarecedora em sua racionalidade e moderna em sua abertura, acaba sempre se curvando à legitimidade da língua portuguesa que herdamos e, segundo dizem, adaptamos às nossas conveniências, mas que permanece em sua forma dominante inalterada, intocada: a língua portuguesa. E quem não a fala, ainda que esteja no Brasil, que seja brasileiro, erra, é um mal falante, um marginal da língua. É, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da língua portuguesa.

**A QUESTÃO DE FATO** No entanto, podemos ver isto mais de perto e tomamos como medida a língua que falamos em seu aspecto histórico, social, cultural.

Desde o princípio da colonização, instala-se um acontecimento lingüístico de grande importância no Brasil: o que constitui a língua brasileira.

Ao mesmo tempo em que aqui desembarca, a língua portuguesa, ao deslocar-se de Portugal para o país nascente – o Brasil – institui um movimento de memória, deslizamentos lingüísticos por meio dos quais uma outra língua – a brasileira – faz-se presente.

O novo espaço de comunicação resiste com sua materialidade à língua que chega com os portugueses em sua memória já falada, já dita. Desdobram-se, transmudam-se os modos de dizer. A relação palavra/coisa faz ruído, relação não coincidente entre si e nem perfeitamente ajustada. Outras formas vão estabelecer-se fazendo intervir, e ao mesmo tempo constituindo, a memória local.

Retomo aqui os movimentos da enunciação que já tive a oportunidade de expor (1998): em um primeiro momento – situação enunciativa I – a partir de sua memória, o colonizador português reconhece as coisas, os seres, os acontecimentos e os nomeia. Mas ele o faz, transportando elementos de sua memória lingüística. Há um investimento

na relação palavra/coisa, a questão incidindo sobre o referente: na presença de um nome, estamos diante da mesma coisa (a do Brasil e a de Portugal)? Como estamos no Brasil, há um deslocamento (transporte) que força contornos enunciativos diferenciados. Essa diferença se torna cada vez mais uma diferença de línguas (relação palavra/palavra, e não da palavra com a coisa). Daí resulta todo um trabalho sobre a língua, de classificação, organização, definições em listas de palavras, dicionários. O português, assim transportado, acaba por estabelecer em seu próprio sítio de enunciação outra relação palavra/coisa, cuja ambivalência pode ser lida nas remissões: no Brasil, em Portugal. Tem início, então, a produção de um espaço de interpretação com deslizamentos, efeitos metafóricos que historicizam a língua. Produzem-se transferências, deslizamentos de memória, metáforas, pois estamos diante de materialidades discursivas que produzem efeitos de sentidos diferentes. Configura-se uma nova situação enunciativa – situação enunciativa II. As palavras, estas, já recobrem outra realidade.

A língua praticada nesse outro regime enunciativo realiza, deste lado do Atlântico, a relação unidade/variedade: a unidade já não refere o português do Brasil ao de Portugal, mas à unidade e às variedades existentes no Brasil. E a unidade do português do Brasil, referido a seu funcionamento historicamente determinado, é marca de sua singularidade. Há um giro no regime de universalidade da língua portuguesa que passa a ter sua própria referência no Brasil. A variação não tem como referência Portugal, mas a diversidade concreta produzida no Brasil, na convivência de povos de línguas diferentes (línguas indígenas, africanas, de imigração etc).

Nessa perspectiva, então, falamos decididamente a língua brasileira, pois é isto que atesta a materialidade lingüístico-histórica. Se, empiricamente, podemos dizer que as diferenças são algumas, de sotaque, de contornos sintáticos, de uma lista lexical, no entanto, do ponto de vista discursivo, no modo como a língua se historiciza, as diferenças são incomensuráveis: falamos diferente, produzimos diferentes discursividades.

**HETEROGENEIDADE LINGÜÍSTICA** J. Authier (1987) estabelece o conceito de heterogeneidade enunciativa para descrever o fato de linguagem que consiste em que todo dizer tem necessariamente em si a presença do outro. Aproveito o impulso desse conceito, embora ele ganhe em nosso uso outras determinações, para falar em heterogeneidade lingüística toda vez que, no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria dupla. Estamos diante de línguas que são consideradas as mesmas – as que se falam na América Latina e na Europa – porém que se marcam por se historicizarem de maneiras totalmente distintas em suas relações com a história de formação dos países. É o caso do português do Brasil e o de Portugal. Falamos a “mesma” língua, mas falamos diferente. Consideramos, pois, a heterogeneidade lingüística no sentido de que joga em nossa língua um fundo falso em que o “mesmo” abriga, no entanto, um “outro”, um diferente histórico que o constitui ainda que na aparência do “mesmo”: o português brasileiro e o português português se recobrem como se fossem a mesma língua mas não são. Produzem discursos distintos, significam diferentemente. Discursi-

vamente é possível se vislumbrar esse jogo, pelo qual no mesmo lugar há uma presença dupla, de pelo menos dois discursos distintos, efeitos de uma clivagem de duas histórias na relação com a língua portuguesa: a de Portugal e a do Brasil. Ao falarmos o português, nós, brasileiros, estamos sempre nesse ponto de disjunção obrigada: nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea. Essas línguas, o português e o brasileiro, filiam-se a discursividades distintas. O efeito de homogeneidade é o efeito produzido pela história da colonização.

Quando, mais acima, falei da disjunção obrigada referia-me a uma certa indistinção, mas também à polissemia. Há uma composição de sentidos em nossa memória lingüística que funcionam, simultaneamente, em movimentos simbólicos distintos, quando falamos a língua brasileira. Isto significa que há uma marca de distinção na materialidade histórica desses sistemas simbólicos que carrega a língua brasileira dessa composição de sentidos. Eis a duplicidade, a heterogeneidade, a polissemia no próprio exercício da língua: o português e o brasileiro não têm o mesmo sentido. São línguas materialmente diferentes.

Dados esse fatos, a história da identidade da língua nacional se alongará por meio de acontecimentos múltiplos, como acordos, fundação de academias, regulamentos escolares, constituintes e outros. É essa história que começamos a conhecer, e este artigo é apenas um pequeno passo em direção a esta forma de conhecimento que é também uma tomada de posição face ao conhecimento da língua e da constituição da língua nacional no Brasil. Considerações acerca da língua materna, do idioma pátrio, da língua nacional são outras tantas que nos levam a novas reflexões igualmente esclarecedoras a respeito da língua nacional que falamos no Brasil e do modo como a nomeamos.

*Eni P. Orlandi é professora titular de análise de discurso do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL); coordenadora do Laboratório de Estudos Urbanos (Laburb) da Unicamp; e pesquisadora 1A do CNPq.*

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Estes aspectos estão mais desenvolvidos em Orlandi (2002).
2. Uma análise do texto do parecer da comissão encarregada de decidir sobre o nome da língua está em Guimarães (2000)

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

- Auroux, S, Orlandi, E. e Mazière F. “L´hyperlangue brésilienne”, in *Langages*, 130, Paris, Larousse. 1998.
- Authier, J. “Hétérogénéités énonciatives” in *Langages*, Paris, Larousse. 1987.
- Dias, L. F. *Os sentidos do idioma nacional*, Campinas, Pontes. 1996.
- Guimarães, E. “Línguas de civilização e línguas de cultura. A língua nacional do Brasil”. In Barros, D.L.P. *Os discursos do descobrimento*. São Paulo, Edusp/Fapesp. 2000.
- Guimarães, E.R.J. *História da semântica*, Campinas, Pontes. 2003.
- Mariani, B. e Souza, T. C.C. de “Questões de lusofonia”, *Organon*, 21, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2000.
- Orlandi, E. P. *Língua e conhecimento lingüístico*. São Paulo, Cortez. 2002.